



DOSSIÊ: 150 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

## Um novo êxodo: a imigração italiana no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1946-1976)

*A new exodus: Italian immigration to Brazil after World War II (1946-1976)**Un nuevo éxodo: Inmigración italiana a Brasil después de la Segunda Guerra Mundial (1946-1976)***Antonio de Ruggiero<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0002-5724-5709](https://orcid.org/0000-0002-5724-5709)[antonio.deruggiero@gmail.com](mailto:antonio.deruggiero@gmail.com)**Leonardo de Oliveira****Conedera<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0003-2829-5106](https://orcid.org/0000-0003-2829-5106)[leocone5@hotmail.com](mailto:leocone5@hotmail.com)**Recebido em:** 28 abr. 2025.**Aprovado em:** 20 maio 2025.**Publicado em:** 10 dez. 2025.

**Resumo:** O presente artigo pretende focalizar o fenômeno da imigração italiana, no Brasil, nos anos subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial (1946-1976). Vale lembrar que na Itália no imediato pós-guerra, em um contexto liberal em política, porém fortemente adverso na esfera econômica e social posteriormente à derrota militar, as migrações aumentaram substancialmente. O texto aborda as nuances dessa última imigração italiana em território brasileiro, assim como destaca a importância dos acordos governamentais entre Brasil e Itália, que promoveram e organizaram uma legislação específica para favorecer a mobilidade de novos migrantes da península. Por fim, apontam-se as características que marcaram a migração italiana nesse novo contexto migratório.

**Palavras-chave:** imigração italiana; imigração urbana, Segunda Guerra Mundial.

**Abstract:** This article aims to focus on the phenomenon of Italian immigration to Brazil in the years following the end of the Second World War (1946-1976). It is worth remembering that in Italy in the immediate post-war period, in a context that was liberal politically but strongly adverse economically and socially after the military defeat, migration increased substantially. The text discusses the nuances of this latest Italian immigration into Brazilian territory, as well as highlighting the importance of government agreements between Brazil and Italy, which promoted and organized specific legislation to encourage the mobility of new migrants from the peninsula. Finally, the characteristics that marked Italian migration in this new migratory context are pointed out.

**Keywords:** Italian immigration; urban immigration; World War II.

**Resumen:** Este artículo pretende centrarse en el fenómeno de la inmigración italiana a Brasil en los años posteriores al final de la Segunda Guerra Mundial (1946-1976). Cabe recordar que en la Italia de la inmediata posguerra, en un contexto liberal en términos políticos pero fuertemente adverso en términos económicos y sociales tras la derrota militar, la inmigración aumentó sustancialmente. El texto discute los matices de esta última inmigración italiana en territorio brasileño, además de destacar la importancia de los acuerdos gubernamentales entre Brasil e Italia, que promovieron y organizaron una legislación específica para favorecer la movilidad de los nuevos emigrantes de la península. Por último, se señalan las características que marcaron la migración italiana en este nuevo contexto migratorio.

**Palabras clave:** inmigración italiana; inmigración urbana; Segunda Guerra Mundial.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

### Introdução

As investigações historiográficas sobre a imigração italiana para o

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Brasil privilegiaram tradicionalmente o estudo do período definido como “grande imigração” (1875-1914), quando a chegada maciça de quase um milhão e meio de peninsulares influenciou, além de um crescimento demográfico mais rápido, também o desenvolvimento econômico, civil e cultural do país. Após a Segunda Guerra Mundial, a abolição das restrições e dos sistemas de quotas introduzidos durante a Era Vargas no Brasil não foi suficiente para alimentar fluxos tão grandes como os ocorridos nos últimos anos do século XIX, e em menor dimensão até a consolidação do regime fascista na Itália. A emigração de peninsulares registra, porém, um novo saldo positivo, apesar do número sempre crescente dos que repatriavam. As poucas centenas que chegaram no Brasil em 1946 aumentaram até quatro mil indivíduos no ano sucessivo, e até cerca de nove mil em 1951 (Sanfilippo, 2008). Entre 1946 e 1960, foram cerca de 110 mil os italianos que aportaram no país, enquanto 31 mil voltaram à Itália (Trento, 1989a). Os repatriados aumentaram ainda mais nos quinze anos sucessivos, quando a emigração para o Brasil se reduziu a poucas centenas por anos, caracterizada principalmente por escolhas individuais ou contratos de emprego em filiais de indústrias italianas (Trento, 2013).

Na Itália do imediato pós-guerra, em um contexto liberal em política, mas profundamente desfavorável no campo econômico e social depois da derrota militar, as migrações aumentaram substancialmente. Cerca de sete milhões e meio de italianos saíram do país entre 1946 e 1976, com uma grande quantidade em direção aos estados mais industrializados da Europa Setentrional. Os fluxos continuaram também nas rotas transoceânicas com um aumento em direção ao Canadá e à Austrália, enquanto até 1960 as rotas latino-americanas privilegiaram a Argentina e, só em quantidade menor, o Brasil. Nos anos 1950, houve uma nova onda consistente em direção ao Chile e, no mesmo período, aumentaram os fluxos em direção à Venezuela (Corti; Sanfilippo, 2012).

Inserido em um processo de desenvolvimento industrial, o Brasil tinha interesse em retomar uma política imigratória, principalmente promovendo a

introdução de mão de obra estrangeira, com uma seleção mais adequada, do ponto de vista técnico e da especialização, às necessidades da indústria nacional. Contemporaneamente, o governo se preocupou em revitalizar a lavoura que devia se modernizar com a inserção de trabalhadores mais qualificados. A política colonizadora a favor do setor agrícola almejava, mas sem grande êxito, a chegada de milhares de italianos para a fundação de novas colônias, além do tradicional emprego nas fazendas de café. Nesse sentido, os italianos, assim como os portugueses, eram considerados desejáveis pelas afinidades da língua, dos valores e pela facilidade reconhecida em se adaptar ao ambiente de destino (De Clementi, 2010).

Enfim, podemos afirmar que essa nova tipologia de imigração italiana se caracterizava por três eixos principais: um modelo “espontâneo”, sustentado na lógica das “cartas de chamada” de parentes que garantiam uma inserção empregatícia para os recém-chegados; uma segunda dinâmica, ligada à imigração de grupos e cooperativas com finalidade de colonização agrícola; e uma imigração “dirigida”, guiada diretamente a partir das relações entre o governo brasileiro e os organismos internacionais dedicados às migrações internacionais no período da reconstrução pós-bélica europeia (Salles; Paiva; Bastos, 2012).

Os italianos que se deslocaram para o Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial, objeto deste estudo, tinham uma mentalidade e uma consciência dos seus direitos e vivências que não se assemelhavam àquelas dos contemporâneos chegados no final do século XIX, assim como o país acolhedor apresentava demandas diferentes para o ingresso de estrangeiros (Facchinetti, 2003; Trento, 1989a). Nesse sentido, é importante compreender as condições da Itália após o final da Segunda Guerra Mundial, bem como o novo cenário global com o qual os migrantes oriundos da Península se confrontaram no exterior. Posteriormente, apresentam-se o contexto de chegada, a inserção profissional e as dinâmicas de mobilidade guiadas pelas exigências e intenções das autoridades governamentais. Por fim, apontam-se os espaços de trabalho e sociabilidade

através dos quais os imigrantes interagem nos meios urbanos e centros principais escolhidos nesse último ciclo migratório.

### Partidas na Itália pós-Segunda Guerra

A retomada dos fluxos migratórios na Itália depois da Segunda Guerra Mundial foi estimulada pelo fim das restrições do período fascista e, ainda mais, pela difícil situação econômica e social do país derrotado no conflito. No quadro internacional do pós-guerra, afirmou-se uma legislação mais liberal que mudava as diretrizes políticas migratórias dos anos anteriores, também para enfrentar os perigos dos novos conflitos sociais que eclodiram nesse período na península. Pouco menos de quatro milhões de italianos emigraram entre 1946 e 1961, principalmente em direção a Canadá, Estados Unidos e Austrália. Apesar de uma redução substancial em relação ao passado, permaneceram vivos os fluxos em direção à Argentina e, em número menor, ao Brasil. A emigração transoceânica diminuiu sensivelmente na metade da década de 1950. Entre 1961 e 1976, enfim, as saídas alcançaram os três milhões e meio, sobretudo em direção a países da Europa Setentrional (Corti, 2010). Como escreveu o historiador italiano Amoreno Martellini (2009), junto às alterações dos equilíbrios econômicos e às mudanças dos mercados internacionais, foi uma nova ânsia de reconstrução coletiva e individual o empurrão decisivo na escolha de emigrar.

Muitos que com a guerra perderam o trabalho, a casa, os afetos ou mesmo a dignidade humana; ou os que com a derrota do fascismo perderam a possibilidade de manter um teor de vida decoroso, garantido pelos serviços prestados ao regime, acharam mais oportuno ir o mais longe possível, para tentar um resgate não só econômico, mas também moral, civil e às vezes político, afastando o peso inevitável das lembranças e dos traumas enfrentados. Com a reabertura das fronteiras foram, assim, muitos os que se apresentaram para retirar o passaporte, e as docas dos portos de embarque voltaram a ser lotadas, como no tempo do *grande êxodo* (Martellini, 2009, p. 371).

Relativamente ao Brasil, os observadores italianos expressavam considerações conflitantes. Se alguns, entre eles, destacavam os aspectos

positivos e as vantagens de um novo fluxo, a maioria enfatizava a existência de problemas estruturais no país sul-americano. Em particular com o fim da década de 1940, os entusiasmos suscitados pela conjuntura favorável de uma longa neutralidade bélica e de uma guerra longínqua deixaram espaço a uma análise mais realística sobre as condições que o Brasil podia oferecer. As representações eram distantes da ideia mítica, construída no passado pré-bélico, de uma terra opulenta e acolhedora. Na realidade, a agricultura das fazendas se apresentava inadequada em relação à concorrência de Colômbia, Venezuela e Porto Rico, além da forte competição de produtos africanos e asiáticos, enquanto a inflação crescente tornava o custo da vida cada dia mais caro (De Clementi, 2010).

Como resposta a uma lei brasileira que, em setembro de 1945, colocava as bases para um maior desenvolvimento do setor agrícola através de novas experiências de colonização, privilegiando o ingresso de portugueses e italianos, o embaixador italiano no Rio de Janeiro esfriava os entusiasmos enviando uma carta com tons pessimistas para o Serviço da Emigração. Nela constatava que o Brasil, naquele momento, não oferecia nenhuma garantia, nem de caráter econômico, nem do ponto de vista jurídico. O diplomata continuava a sua análise lembrando a influência do forte nacionalismo que, desde o período bélico, comportou restrições e proibições, em boa parte ainda vigentes, aos italianos e descendentes residentes no país (De Clementi, 2010; De Ruggiero, 2021). A questão mais urgente para as autoridades peninsulares era, porém, a resolução definitiva do problema dos bens que, durante a guerra, o governo confiscou dos italianos não residentes no Brasil. Em parte, tais bens foram liberados depois de uma lei de 1946, mas se chegou a um acordo satisfatório apenas em 1949, quando Itália e Brasil colocaram as bases para várias negociações que permitiram a retomada regulamentada de novos fluxos migratórios (Trento, 1989a).

Ainda em 1950, antes de retornar à Itália, o ilustre demógrafo Giorgio Mortara, que em 1939

havia se refugiado no Brasil devido às leis raciais fascistas na península, observou que uma nova emigração para o Brasil poderia resolver alguns problemas, como o superávit demográfico, e contribuir para o orçamento de pagamentos internacionais da Itália. Ao mesmo tempo, colocou uma ênfase maior sobre as dificuldades e as desvantagens que um imigrante italiano encontraria no Brasil da época. As condições econômicas inviabilizavam as grandes poupanças e as remessas que no passado constituíram importantes entradas para a pátria de origem. Na opinião de Mortara (1950, *apud* Franzina, 2016), uma imigração maciça de braços e cérebros só poderia trazer vantagens se tivesse acompanhada por uma adequada importação de capitais, úteis para impulsionar as capacidades da economia local.

### Os principais acordos internacionais

Como escreveram as pesquisadoras Maria Salles e Sênia Bastos (2012, p. 122),

[...] a grande novidade, em matéria de imigração no Pós-Segunda Guerra Mundial, foi a criação dos organismos internacionais que se ocuparam do repatriamento, colocação ou acordos de migração entre países europeus recém saídos da guerra, e países cujos processos de desenvolvimento exigiam mão de obra técnica e qualificada, como era o caso do Brasil.

Entre 1948 e 1950, os governos de Itália e Brasil assinaram vários convênios e acordos com a finalidade de desenvolver projetos de cooperação mútua em áreas técnicas e culturais. Em particular, no acordo do Rio de Janeiro do dia 8 de outubro de 1949, resolveu-se o contencioso existente entre os dois países relativamente aos bens do Estado italiano no Brasil bloqueados durante o período bélico. Três dias mais tarde, foi firmada uma "Declaração de Amizade e Cooperação entre Brasil e Itália", para "desenvolver suas relações nos terrenos jurídicos, econômico, cultural, técnico e social" (Cervo, 1990, p. 29). Na ocasião, foi estabelecida a constituição de uma Companhia de Colonização e Imigração mista brasileira, mas totalmente financiada pela Itália, utilizando também os capitais desbloqueados no

Brasil com o escopo de dirigir o fluxo de imigrantes. A saber, a ideia do empreendimento era de encaminhar imigrantes para zonas inexploradas a fim de se dedicarem ao setor primário. Foram elaborados doze projetos de colonização, mas grande parte deles não alcançou o êxito esperado (Conedera, 2012). A Companhia começou a sua atividade com a formação de um centro modelo de colonização depois da aquisição de terrenos no Estado de São Paulo, iniciando com a experiência da colônia de "Pedrinhas Paulista", que, mesmo com dificuldade, conseguiu obter sucesso, enquanto outras tentativas análogas não tiveram a mesma sorte.

Um verdadeiro acordo migratório chegou em meados de 1950, estabelecendo duas tipologias migratórias principais: uma "espontânea" e uma outra "dirigida". No primeiro tipo, contemplava-se o ingresso de indivíduos que possuíam "atos de chamada" e que, de qualquer forma, podiam garantir uma oferta de trabalho segura na hora da chegada. Ao mesmo tempo, autorizava-se a vinda de inteiros grupos ou cooperativas com a finalidade de uma colonização agrícola em novas áreas disponibilizadas pelo governo brasileiro e prévio acordo com autoridades italianas (Cervo, 1990). O esforço institucional maior, porém, era concentrado na segunda tipologia migratória contemplada, a "dirigida", com pedidos periódicos que o Brasil fornecia em relação à mão de obra considerada necessária nos diferentes âmbitos profissionais. As despesas relativas à mobilidade no território italiano estavam a cargo do governo local, enquanto o Brasil se comprometia a pagar o transporte marítimo e a manutenção do imigrado até sua colocação profissional (Trento, 1989a). As categorias principais contempladas na emigração dirigida eram aquelas de operários, técnicos ou artesãos qualificados; empresas industriais e técnicas consideradas estratégicas nos interesses brasileiros; agricultores e técnicos especializados em setores rurais. O acordo autorizava a exportação, com isenção de impostos, de bens pertencentes aos imigrantes, como bicicletas, ferramentas de trabalhos e equipamento agrícola de vários tipos e porte (Salles; Bastos, 2012).

Outros artigos regulamentavam as dinâmicas das remessas de dinheiro, assim como o trabalho de todas as categorias contempladas, tanto dos assalariados como dos que abriam atividades por conta própria. A aprovação e a ratificação do tratado na Câmara italiana demorou até o final de 1951, pois algumas forças de oposição criticavam as medidas de trabalho coercitivo, como a necessidade que o imigrante tinha de reembolsar o valor da passagem em caso de abandono da profissão antes de dois anos de permanência no Brasil.

De qualquer forma, depois do acordo, cresceu substancialmente o número de italianos que se dirigiram ao Brasil. Entre 1950 e 1972, entraram cerca de 105 mil peninsulares, com mais de 90 mil ingressos concentrados na década 1950-1959. De 1960 até a década de 1970, a queda foi enorme, enquanto o Acordo terminava a sua existência em 1963 (Salles; Bastos, 2012). O clima favorável à emigração na década de 1950 foi alimentado também pelos Estados Unidos que, no contexto bipolar da Guerra Fria, mediante financiamento, pretendiam "aliviar as pressões sobre o mercado de trabalho numa Europa agitada". Em particular, a difícil questão social na Itália "se transformava em risco concreto". Já em 1949 a *Economic Cooperation Administration* (ECA) investiu recursos para estimular as iniciativas de emigração rural da Itália (Trento, 1989a, p. 413).

Todavia, para emigrar, era obrigatório passar por um processo de seleção. O órgão do governo brasileiro responsável por gerenciar a imigração era o Conselho de Imigração e Colonização (CIC<sup>2</sup>). Dentre as disposições do CIC, além da qualificação profissional, o imigrante precisaria apresentar ser fisicamente e mentalmente saudável. Assim, a maioria dos estrangeiros precisou passar por inspeções médicas. O acordo estabelecia que o governo italiano era responsável também para conferir um "atestado de boa conduta", que chegava frequentemente depois de uma declaração de um padre, informando que o cidadão era "um bom cristão". Ao mesmo tempo, as autoridades

brasileiras também tinham o cuidado de restringir a entrada de pessoas cuja ideologia fosse socialista ou comunista (Conedera, 2021).

Sucessivamente, entrou em função, a partir de 1952, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), fundado em Bruxelas, mas sustentado diretamente pelos Estados Unidos. Nasceu para atender às demandas dos países vencedores do conflito mundial, os quais se encontravam com um excedente populacional, em várias situações formado por desalojados que necessitavam de novos espaços para viver e trabalhar (Salles; Paiva; Bastos, 2012). Era composto por 29 países com a adesão do Brasil, que, através dele, acolheu 112 mil imigrantes europeus entre 1952 e 1971, em grande maioria italianos. No caso brasileiro, esse organismo, que previa investimentos de recursos para a assistência e o transporte da mão de obra imigrante, se direcionou a três tipologias principais: empregados para indústria e agricultura; deslocamento de inteiras coletividades dedicadas à criação de novas colônias agrícolas; reuniões familiares. Como indica Angelo Trento (1989a), foi principalmente nesta última categoria que o projeto teve sucesso, com o pedido imediato de milhares de reuniões familiares entre os italianos. Menor êxito foi registrado nos planos de colonização agrícola. Nos quinze anos sucessivos, apesar da assistência técnica e logística do CIME, formaram-se só dez núcleos coloniais, de cem famílias cada um, que incluíam italianos, entre outros grupos de europeus.

O Comitê, de fato quase substituindo o papel do governo brasileiro, concentrou as suas energias para favorecer a emigração de trabalhadores assalariados para a indústria e a agricultura. No setor agrícola, apesar da demanda elevada de mão de obra por parte dos fazendeiros, os resultados foram escassos. Já desde as primeiras chegadas de famílias camponesas, evidenciaram-se as falhas do velho modelo de imigração. Não faltaram episódios de grupos consistentes de camponeses italianos que se queixavam pelas informações ilusórias recebidas antes de partir,

<sup>2</sup> Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão federal subordinado ao Ministério da Agricultura e também ao departamento de Colonização e Terra (Facchinetti, 2004).

e pelas condições difíceis que se prospectavam na nova terra. Várias greves e agitações foram organizadas, acompanhadas dos pedidos de repatriamento enviados às autoridades consulares italianas. As denúncias se referiam às condições de trabalhos consideradas "desumanas", ao clima insalubre e às dificuldades objetivas devidas aos baixos salários (De Clementi, 2010).

Na malha urbana, a entrada no mercado de trabalho se revelou mais simples, principalmente para técnicos e operários especializados, fortemente requisitados pelas autoridades brasileiras. O CIME se ocupava da seleção técnica na Itália e fornecia assistência aos imigrados para a primeira colocação e sucessivas recolocações nas várias empresas. O comitê tinha escritórios nas principais capitais brasileiras de imigração, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Essa forma de imigração dirigida teve maiores obstáculos com o passar dos anos, quando o nível salarial baixou enquanto o cruzeiro perdia valor em relação à lira. Eram admitidos trabalhadores qualificados que recebessem um salário de pelo menos 2.300 cruzeiros nas cidades menores e 2.500 nos centros principais. Só quem ganhasse mais de 4 mil cruzeiros podia emigrar com o núcleo familiar (Trento, 1989a).

Entre 1952 e 1958, o CIME oportunizou a entrada de 72.277 imigrantes no Brasil: 48.269 italianos, 5.435 gregos, 4.791 espanhóis, 3.299 alemães, 2.936 austríacos, 1.548 holandeses e 5.999 de outras nacionalidades. Grande parcela dos imigrantes que desembarcaram no país eram camponeses; todavia, 15,7% dos indivíduos eram técnicos com qualificação profissional específica. O grupo italiano distinguia-se com o maior contingente de operários qualificados (Conedera, 2012). Os números ficaram muito abaixo das expectativas e, sobretudo a partir de 1958, a imigração italiana dirigida, assim como a espontânea, começou a declinar, mantendo-se em níveis muito modestos. Nem serviu um novo acordo assinado entre Itália e Brasil em 1960,

apesar de fornecer maiores garantias com isenção de alguns impostos agrícolas e assistência previdenciária, bem como facilitar as remessas de dinheiro. A tendência decrescente das entradas de italianos decorria principalmente da retomada da economia na península nos anos do "milagre econômico"<sup>3</sup> e do aumento substancial das migrações internas no Brasil, com exigência de maior proteção para o trabalhador nacional (Salles; Bastos, 2012).

Traçando uma panorâmica geral sobre o tema, Manuel Diégues Junior (1964, p. 307) aponta que a via diplomática não conseguiu propor uma maior imigração para o Brasil e a legislação e os órgãos brasileiros não acarretaram um apoio positivo para a vinda de estrangeiros:

Em nenhum ano, entre o término da Guerra e 1958, se alcançou um total de 100 mil imigrantes; o máximo atingido foi de pouco mais de 88 mil. É certo que tem predominado, em nossas estatísticas de imigração, a condição de 'espontâneos' dos imigrantes. A entrada de imigrantes dirigidos anda, relativamente, pela casa dos 15%, considerando todo o período de 1946-1958.

Nos anos sucessivos, não foram – além dos fatores internos da península – só as crises econômicas recorrentes que dificultaram o ingresso de italianos no Brasil, mas também as mudanças conturbadas no clima político. Os planos de desenvolvimento propostos por Vargas depois da reeleição em 1950 não tiveram grande sucesso: somados à instabilidade da década sucessiva com o golpe de 1964, afastaram a imigração tradicional no país. Prevalece agora uma imigração limitada de operários e artesãos qualificados que pretendem trabalhar por poucos anos, para voltar logo à pátria-mãe. Os exíguos contingentes da década de 1970, enfim, são ligados aos contratos assinados com empresas italianas operativas no Brasil. No censo de 1980, os italianos registrados são pouco menos de 110 mil, enquanto o número dos descendentes alcança os 7-8 milhões (Sanfilippo, 2008).

<sup>3</sup> Os anos de 1958 a 1963, em particular, caracterizam o período do "milagre econômico" italiano. A Itália teve um elevado crescimento com aumento das exportações e dos salários individuais, junto com a diminuição do desemprego. Realizou-se na península um forte desenvolvimento da indústria leve, relacionada a um novo bem-estar social e à afirmação de uma verdadeira "revolução dos consumos".

## No novo destino

O Brasil retomou uma política imigratória consistente já com os primeiros decretos de lei de 1945. O país acolheu 12,6% dos italianos imigrados para a América Latina no período do pós-guerra. Durante os primeiros anos, o fluxo teria podido ser mais consistente se o acordo emigratório entre as duas nações tivesse sido firmado antes. De qualquer forma, registrou-se um novo e importante processo de chegadas de imigrantes internacionais. Na década de 1950, mais de dois terços dos imigrados italianos aportaram em São Paulo. No mesmo período, ingressaram no estado outros 90 mil espanhóis em decorrência dos tratados bilaterais com a colocação de mão de obra para a indústria (Baeninger, 2012).

Se em um primeiro momento se destacava a preferência por famílias numerosas compatíveis com o trabalho agrícola e a colonização, com as sucessivas resoluções desde o final da década foram suprimidas todas as restrições das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, espanhola, francesa e italiana. Assim, diversos acordos estabeleceram-se entre o Brasil e os países europeus, além do Japão (Salles; Paiva; Bastos, 2013). São Paulo continuou sendo o principal polo desse novo momento imigratório, com uma fase dinâmica, sobretudo no que se refere à inserção de profissionais qualificados capazes de atender à demanda crescente da indústria e da agricultura, que atravessavam uma fase de modernização acelerada (Baeninger, 2012). É preciso referir que, nos anos 1950, metade da população brasileira era analfabeta e o país possuía uma quantidade reduzida de trabalhadores com capacitação profissional.

As pesquisas de Salles e Bastos em 2012 permitiram elaborar um banco de dados, demonstrando que, de 1946 a 1980, passaram pela Hospedaria de São Paulo em torno de 44 mil italianos, dos quais cerca de 40 mil chegaram entre 1951 e 1960, quando os registros diminuíram sensivel-

mente. Quase todos ingressaram no Brasil com o apoio do CIME, embarcados em navios e procedentes em sua maioria das regiões meridionais de Calábria, Campânia e Sicília<sup>4</sup>. Declaravam-se ocupados em diferentes profissões que respondiam aos pedidos de técnicos especializados, principalmente como automecânicos, eletricitas, ferramenteiros, ajustadores, montadores, serralheiros e torneiros mecânicos, entre outras. Além disso, os ofícios de soldadores, vidreiros, ferreiros, encanadores, carpinteiros e marceneiros apon-tavam bem o momento de desenvolvimento da indústria brasileira (especialmente a paulistana naquele tempo). A saber, a indústria seguia o rumo da industrialização pesada que desencadearia no desenvolvimentismo da época do governo de Juscelino Kubitschek, com a implantação da indústria automobilística nos anos 1950 (Salles; Paiva; Bastos, 2013).

Os principais recrutadores eram as empresas da área metropolitana paulistana e do interior do estado: companhias de médio e grande porte, como frigoríficos, construtoras, firmas de engenharia, mecânica, de autopeças, de produtos alimentícios, de tecidos e estamparia, de motores, indústria de couros, mineração etc. Muitas delas eram estrangeiras, como a Swift, a Armour, a General Motors e a Firestone, ou pertencentes a imigrantes, como a Fichet Schwartz e Hautmont, a Fiação de Tecidos e Estamparia Ipiranga Jafet, entre outras (Salles; Paiva; Bastos, 2013). Uma das maiores empregadoras em todo o período analisado foi, porém, a família Matarazzo, com as suas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Salles; Bastos, 2012). O censo de 1950 mostrava que três quartos dos cerca de 200 mil italianos com passaporte residiam no Estado de São Paulo. Os outros que tinham uma presença bem menor, em ordem de consistência numérica, eram Distrito Federal (correspondente à atual área do município do Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina. Dez anos mais tarde, os

<sup>4</sup> O desembarque dos peninsulares, como também dos migrantes provenientes de outras nacionalidades, transcorria nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. De 1953 até 1958, o porto de Santos foi por onde ingressaram mais de 50% dos estrangeiros que entraram ao país, enquanto o Rio de Janeiro contou com pouco mais de 30%; o restante espalhava-se entre os portos de Porto Alegre (RS) e Parana-guá (PR), entre outras localidades (Diégues Junior, 1964).

percentuais não mudaram substancialmente e, apesar das renovadas políticas migratórias que favoreceram uma diminuição da idade média dos imigrantes, mais da metade deles tinha mais de cinquenta anos (Trento, 1989a).

Como foi dito, os fluxos migratórios de italianos se caracterizaram por ser espontâneos ou dirigidos. Vimos como as instituições oficiais predispostas para o direcionamento da imigração não tiveram grandes resultados em relação às expectativas. De fato, também a imigração "espontânea" devia atender a restrições e normativas. O governo da Itália, por exemplo, concedia o visto de saída só a quem pudesse garantir um "ato de chamada" ou um contrato de trabalho com empresas brasileiras. A emigração por chamada foi mais consistente até o final da década de 1940 e se direcionou principalmente para as fazendas. Frequentemente, não foi capaz de garantir maior segurança e direitos. São inúmeros os relatos de decepções enfrentadas pelos italianos mediante as difíceis condições de trabalho nessas áreas rurais que, substancialmente, não mudaram muito em relação ao passado. O que na realidade tinha mudado era o perfil do emigrante do pós-guerra que, como salienta Trento (1989a, p. 421), "[...] não se parecia em nada com o de décadas atrás; ele era portador de exigências bem diferentes e tinha consciência de seus direitos e uma dignidade humana totalmente desconhecida aos trabalhadores que abandonavam a pátria no início do século".

Sempre no setor agrícola, além da imigração assalariada nas fazendas, o governo brasileiro mostrou um renovado interesse pela colonização, conduzindo uma fase de projetos finalizados à valorização de terras devolutas em diferentes regiões do país. A Itália enviou duas missões com técnicos que pudessem avaliar as possibilidades concretas para os camponeses peninsulares. Até o início dos anos 1950, foram muitas as tentativas que envolveram cooperativas agrícolas de algumas regiões italianas, em particular do Abruzzo, mas também do Vêneto e da Úmbria, atraídas pela possibilidade de obtenção de milhares de hectares de terras a serem cultivadas, não mais

exclusivamente nos estados sulinos brasileiros, mas também no Espírito Santo, na Baixada Fluminense, em Goiás e Minas Gerais, até as tentativas conhecidas no estado nordestino da Bahia.

Os estudos pioneiros de Angelo Trento (1989b) e, sucessivamente, monografias de autores focados nas experiências mais específicas da nova colonização italiana do pós-guerra (Benedini; Arquilla, 2016; Pitochi, 2007) demonstraram que esses projetos se revelaram frequentemente fadados ao fracasso, por várias e distintas motivações. Estas eram ligadas às dificuldades objetivas encontradas pelos agricultores: falta de assistência devido à desorganização das instituições brasileiras; escolha errada de terrenos não favoráveis; difícil adaptação dos métodos de cultivo europeu em territórios tropicais; dificuldades dos transportes em áreas distantes dos grandes centros urbanos etc. Em linha geral, faltou também um espírito cooperativista entre os sócios agricultores que pagavam cotas de inscrições e se sentiam, por isso, legitimados a intervir em todas as questões. Registraram-se assim inúmeras deserções, fugas para as cidades ou pedidos de repatriamento através dos consulados italianos. Depois de tantas experiências negativas, em 1951 a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, com a colaboração de técnicos agrônomos provenientes de missão da Itália, tentou conduzir um programa mais favorável com o investimento de ingentes capitais para adquirir 3.500 hectares de terras no Estado de São Paulo, a 550 km da sua capital, naquela que se tornaria a colônia de Pedrinhas Paulista. O CIME pagava a viagem dos colonos, enquanto a Companhia fornecia as máquinas e as ferramentas necessárias para o trabalho. Os imigrantes adquiririam os lotes já cultiváveis e com uma casa modesta depois de 12-15 anos de pagamentos através de parcelas anuais. Apesar de uma mais racional organização em 160 lotes de cerca 20 hectares cada um, interligados por estradas com a assistência de todos os principais serviços de utilidade pública, a partir dos anos sucessivos foram muitas as fugas e os pedidos de repatriamento das famílias italianas decepcio-

nadas nas suas expectativas. De qualquer forma, em 1966, entre a área agrícola e o centro urbano contavam-se ainda cerca de 1.200 indivíduos nascidos na Itália (Trento, 1989b).

Os fluxos migratórios que tiveram mais sucesso, de fato, foram aqueles ligados aos setores industriais e comerciais, além dos reagrupamentos familiares. A maior parte dos imigrados se instalou nas cidades do sudeste brasileiro, como São Paulo e Rio de Janeiro. Outros centros que participaram desses processos foram as cidades que tradicionalmente tinham uma presença consolidada de italianos; estes se tornaram frequentemente os intermediários principais através das suas redes consolidadas de sociabilidade familiar e étnica em geral.

Os trabalhadores mais qualificados nas diferentes profissões que respondiam às demandas do CIME conseguiram, ocasionalmente, ganhar alguma posição no tecido social brasileiro da época. Em particular, direcionaram-se para a construção civil, a indústria mecânica, dos móveis, mas também para setores artesanais, como alfaiataria e sapataria. Outros se afirmaram graças à valorização dos assim chamados "recursos étnicos", principalmente no setor culinário, com destaque para os restaurantes de cozinha típica italiana. Os estudiosos concordam em afirmar que, diferentemente do período da "grande imigração", foram esporádicos os casos de ascensão social vertical e enriquecimento individual, como se verificou com os grandes capitães de indústria no período pré-bélico. A experiência migratória, em geral, se revelou menos lucrativa em relação ao passado, com um elevado número de pedidos de repatriamento registrados cotidianamente nos consulados italianos. No entanto, evidencia-se uma presença maior de pequenos e médios empresários que – como sugeria Mortara nas suas recomendações de 1950 – chegaram ao Brasil com algum capital para ser investido.

Uma pesquisa relativamente recente de Deborah Bonato (2013) aborda alguns estudos de casos emblemáticos, relativos a novos empresários que chegaram ao Brasil depois de 1950 para constituir pequenas e médias empresas. Em Minas Gerais,

um estado pouco contemplado pela historiografia da imigração italiana no segundo pós-guerra, por exemplo, é lembrado Mario Seguso, proveniente de uma renomada família de mestres vidreiros da ilha de Murano na Lagoa de Veneza. Chegou a São Paulo para colaborar com uma loja de cristais que lhe ofereceu um contrato de dois anos. Terminado o trabalho, resolveu mudar-se para Poços de Caldas, onde abriu, com dois colegas de Murano, um forno para produção de vidro, que se tornaria a vidraria Cristais Cá d'Oro. No mesmo estado, são mencionados também os quatro irmãos da família Parma, fundadores, no início da década de 1960, da empresa de móveis "Domani", em Ubá. Em pouco tempo, estabeleceram-se na cidade outras empresas de móveis de italianos, como a Itatiaia e a Bianchi, criadas respectivamente em 1964 e 1980. Ainda em Minas Gerais, o pugliese Pietro Sportelli criou, em 1974, a Hammer Indústria de Auto Peças, para a produção de componentes automobilísticos.

Com o passar dos anos, assistiu-se a uma imigração menor em termos numéricos, com participação de profissionais sempre mais qualificados, como técnicos e projetistas. No final da década de 1970, começaram a chegar ao Brasil trabalhadores especializados no setor metalúrgico, aeronáutico, elétrico e até engenheiros físicos e nucleares. Na mesma fase, aumentaram os empreendedores que acompanhavam o processo de penetração industrial de importantes grupos privados que investiram com filiais no Brasil, favorecendo, assim, um fenômeno de imigração induzida. A Pirelli abriu as primeiras filiais em São Paulo em 1929 e em 1941, para se expandir substancialmente no pós-guerra, com uma sede em Campinas (1953) e, sucessivamente, no Rio Grande do Sul, em Gravataí (1976). Nos anos 1980, alcançou também cidades nordestinas da Bahia. Uma outra multinacional foi a Olivetti, que, a partir dos anos 1950, cresceu com seus estabelecimentos paulistanos. Em 1978, foi a vez da Magneti Marelli, especializada na produção de peças para motores e aparelhos para transmissões radiofônicas e televisivas. A mais célebre das multinacionais italianas foi, porém, a FIAT

Automóveis, que, depois das primeiras tentativas entreguerras e outras experiências fracassadas, conseguiu se afirmar no estado mineiro a partir de 1973 (Bonato, 2013).

### Novas sociabilidades e conflitos internos

O ingresso dos novos fluxos italianos comportou, principalmente nos primeiros anos do pós-guerra, uma certa desconfiança – às vezes, inclusive, verdadeiros conflitos – entre os “velhos” imigrantes e os descendentes já estabelecidos no Brasil. Isto aconteceu mormente nas grandes cidades industriais em que os últimos chegados apresentavam uma mentalidade e exigências diferentes em relação ao passado. Assim, “a recusa de submissão e de aceitação de compromissos humilhantes, a sensação de confusão, a luta para a obtenção de tutelas trabalhistas, os frequentes pedidos de repatriamento” foram interpretados pelos “velhos italianos” e italo-descendentes como sinônimo de preguiça e escassa propensão para o sacrifício; ignoravam-se, de fato, as mudanças socioculturais acontecidas na Itália e também as diferentes oportunidades que o Brasil podia oferecer nesse novo contexto (Trento, 1989b, p. 404).

As divisões internas se tornaram maiores também em relação ao conflito ideológico entre antifascistas e fascistas. Estes últimos se reforçaram com a chegada de um número significativo – principalmente em São Paulo – de italianos que abandonaram a Itália para evitar retaliações e vinganças no novo regime republicano (Bertagna, 2013). Além disso, os novos imigrantes não aderiram ao mundo associativo do passado, que consideraram um resquício do passado, sobretudo pela sua antiga conotação regionalista. As velhas associações, ao mesmo tempo, não se preocuparam muito com a assistência aos novos entrados.

Na verdade, foram poucas as agremiações étnicas que depois do Estado Novo e os anos do conflito retomaram suas atividades. Apesar dos estímulos provenientes das várias Câmaras de Comércio italianas de São Paulo, Rio de Janeiro,

Curitiba e, sucessivamente Porto Alegre, perdeu-se, em boa parte, a característica agregativa que se sustentava sob o conceito de “italianidade”. Formaram-se, porém, algumas associações políticas enquanto retomaram vida grupos esportivos com uma renovada caracterização étnica italiana, como o *Palmeiras* ou o *Esperia* de São Paulo. Alguns círculos italianos se reconstituíram até 1950, também nos estados mais “periféricos” relativamente a São Paulo, mas, em linha geral, não se recuperou a antiga estrutura assistencialista e de mútuo socorro que caracterizou a época da grande imigração. A mesma coisa pode ser dita relativamente à imprensa étnica, que renasceu com uma produção fortemente limitada de periódicos, dado surpreendente se comparado com a intensa abundância do passado (Trento, 2013).

Após o fechamento inevitável das escolas italianas que se abasileiraram já nos anos anteriores, a difusão da cultura italiana obteve nesses anos os seus melhores resultados com a criação do *Centro Culturale Italo-Brasiliiano* do Rio de Janeiro e do *Istituto di Cultura Italo-Brasiliiano di* São Paulo, que nasceu imediatamente depois da guerra por obra de um grupo de antifascistas e judeus italianos. Outros centros análogos surgiram nas demais cidades de imigração italiana (Trento, 1989b).

Se é verdade que o caso de São Paulo, pelo peso específico que exerceu nos processos de mobilidade, se tornou emblemático e por isto utilizado frequentemente como modelo interpretativo, seria interessante aprofundar a questão também em relação aos outros vários centros que acolheram imigrantes italianos. No caso de Porto Alegre, por exemplo, onde a estrutura social e as dinâmicas econômicas apresentavam importantes diferenças em relação às cidades industriais paulistas, a questão da religiosidade católica entre os peninsulares favoreceu a organização de pontos de sociabilidade, confraternização e assistência. Na capital gaúcha, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia constitui-se em lugar de encontro para muitos italianos, velhos e novos imigrantes, em maioria de origem meridional. A paróquia foi criada e administrada pela

ordem de São Carlos, que procurou oportunizar um ambiente de culto religioso e de auxílio aos vários imigrantes chegados no período de nosso interesse (Conedera, 2021).

Em 1958, o Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência aos Imigrantes (CIBAI), por iniciativa dos padres carlistas, iniciou as suas atividades, promovendo ações direcionadas para o atendimento das necessidades (roupas, atendimento médico, remédios e alimentos) dos migrantes italianos.

Nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia, organizavam-se almoços e reuniões de confraternização, visando à integração das famílias dos recém-chegados, com a intenção de diminuir as dificuldades na sociedade de acolhimento. Afora isso, os padres carlistas também buscavam, por intermédio de suas missas e dos encontros de confraternização, manter os laços dos fiéis peninsulares com a cultura do país natal. Em 1959, o CIBAI contabilizava mais de 1.500 famílias vinculadas com as obras comunitárias dos religiosos "scalabrinianos" (Zamberlam, 2010).

### Considerações finais

A imigração italiana no segundo pós-guerra foi um movimento que apresentou peculiaridades em relação aos mais consistentes fluxos que caracterizaram o último quarto do século XIX até o primeiro conflito mundial. Isto foi evidente se consideramos também a existência de uma certa conflitualidade entre os velhos imigrantes descendentes e os novos chegados. Mudou também a percepção que os brasileiros nativos tinham relativamente aos mesmos imigrantes que, em posse de qualificação profissional, perdiam definitivamente as conotações estereotipadas da miséria e da ignorância. Adquiriam agora uma dignidade diferente e se inseriam como protagonistas do desenvolvimento econômico e industrial no país de acolhimento. Internamente à comunidade, também se delineou um outro conceito de italianidade que, em parte, quebrava com os velhos paradigmas construídos no passado pré-bélico. A Itália, no entanto, principalmente a partir da década de 1960, se inseria em uma nova fase de modernidade e desenvolvimento

que gerava admiração no Brasil. Ao mesmo tempo, foi nesse contexto que a imigração italiana reduziu substancialmente, enquanto os pedidos de repatriamentos aumentaram.

Apesar das peculiaridades evidenciadas, constatamos que a historiografia relativa à imigração italiana no pós-Segunda Guerra Mundial, depois dos estudos pioneiros, e até hoje imprescindíveis, de Angelo Trento, só no caso de São Paulo recebeu um esforço de maior sistematização. Foram relevantes os levantamentos, já citados, de autores como Salles e Bastos, que delinearão, através da rica documentação da Hospedaria do Imigrante, as características desses processos e o papel que engenheiros, técnicos e profissionais mais qualificados tiveram na modernização da indústria paulista. Outros trabalhos se beneficiaram das potencialidades oferecidas pela oralidade e pela utilização das memórias diretas dos protagonistas. Em particular, a pesquisa de Luciana Facchinetti publicada em 2004 (*"Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos"*) destacou as dinâmicas de mobilidade e sociabilidade na capital paulista de peninsulares empregados na indústria local, bem como outros que, em posse de uma qualificação profissional, atuaram como empreendedores. A autora enfatizou a presença de muitos meridionais, prevalentemente oriundos da província meridional de Salerno, e de toda a região do Cilento na Campânia.

Muito ainda pode ser levantado e estudado para a compreensão do impacto que o fenômeno teve nas demais cidades de outros estados que possuíam uma presença tradicional do grupo étnico considerado. A migração espontânea foi ocasionada, frequentemente, pelos próprios italianos residentes no Brasil, que se tornaram o canal principal para a ativação dessa mobilidade em âmbito familiar (Ramella, 2009; Truzzi, 2008). Em uma recente publicação de 2021, Leonardo de Oliveira Conedera reflete sobre um grupo de sicilianos que, originários do município de Leonforte, se inseriram no espaço urbano de Porto Alegre. Apesar de representar uma comunidade étnica pequena, caracteriza-se como grupo coeso na

capital gaúcha. A maior parte deles dedicou-se ao comércio e a serviços artesanais, outros se empregaram, pelo menos temporariamente, na indústria urbana em franco crescimento no período. Preferencialmente, possuíam empreendimentos de pequeno e médio porte, como tavernas, cafeterias, açougues, alfaiatarias, sapatarias e armazéns, entre outros. Os sicilianos foram capazes de fortalecer redes parentais ou de conterrâneos, verdadeiras cadeias migratórias, no período de nosso interesse (Conedera, 2021). Em geral, a mesma dinâmica relacional nessa última fase migratória caracterizou o grupo italiano predominante em Porto Alegre, os oriundos de Morano Calabro (Constantino, 2008).

Acerca da imigração feminina, pode-se destacar um trabalho de tese de Egiselda Brum Charão, que analisou trajetórias de mulheres italianas chegadas na capital gaúcha e empregadas no setor comercial ou manufatureiro, frequentemente graças às possibilidades de "reconstituição familiar", ou com carta de chamadas para se empregar na indústria local. A pesquisadora sublinha a perspectiva feminina em meio à mobilidade entre Itália e Brasil, em um período marcado também por uma transformação cultural e dos costumes sociais, com uma maior inserção profissional de mulheres nos diferentes setores (Charão, 2015).

Também no caso do Rio de Janeiro, que, como vimos, foi o segundo polo de atração de mão de obra italiana no período considerado, são poucos os estudos que retratam tais mobilidades mais atuais. Um recente trabalho coordenado por Luiz Reznik e outros pesquisadores vinculados ao Centro de Memória da Imigração da Ilhas das Flores reúne depoimentos interessantes para investigar algumas trajetórias emblemáticas. O levantamento identifica a presença de peninsulares que, além da velha capital, se fixaram nas várias cidades do estado, com destaque para Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Itaocara, Itaperuna, Resende e Porto Real, dentre outras (Reznik *et al.*, 2022). Acerca do mesmo estado, também pode-se citar um trabalho organizado alguns anos atrás por Ângela de Castro Gomes que reuniu uma série de entrevistas que bem

refletem os sentimentos, as expectativas e, às vezes, as decepções de imigrantes italianos que no pós-guerra desembarcaram e se estabeleceram no Rio de Janeiro e em Niterói (Gomes, 1999).

Em conclusão, todas essas narrativas relatam a respeito de um país urbano-industrial muito complexo e muito pouco semelhante àquele Brasil rural, ligado às colônias e às fazendas, que acolheu centenas de milhares de italianos no fim do século XIX.

## Referências

BAENINGER, Rosana. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Unicamp, 2012.

BENEDINI Giuseppe Federico; ARQUILLA, Matteo. *Nella tana del giaguaro: Storia della emigrazione italiana nelle colonie agricole della Bahia*. Viterbo: Sette Città, 2016.

BERTAGNA, Federica. Vinti o emigranti? Le memorie dei fascisti italiani in Argentina e Brasile nel secondo dopoguerra. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 282-294, jul./dez. 2013.

BONATO, Deborah. *L'immigrazione e l'imprenditoria italiana in Brasile ieri e oggi*. 2013. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais Comparadas) – Università Cà Foscari, Venezia, 2013.

CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. II. p. 21-35.

CHARÃO, Egiselda Brum. *Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965): história de uma imigração esquecida*. Orientador: Antonio De Ruggiero. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Do Mediterrâneo para o sul do Brasil: a imigração siciliana e italiana no pós-guerra em Porto Alegre (1946-1976)*. Porto Alegre: Fi, 2021.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Imigração e trabalho: a presença italiana em Porto Alegre, no pós-guerra (1946-1976). *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 81-96, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2008.

CORTI, Paola. *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma-Bari: Laterza, 2010.

CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo. *L'Italia e le migrazioni*. Roma: Laterza, 2012.

DE CLEMENTI, Andreina. *Il prezzo della ricostruzione: L'emigrazione italiana nel secondo dopoguerra*. Roma: Laterza, 2010.

DE RUGGIERO, Antonio. Projetos e políticas de imigração na Era Vargas. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (org.). *A Era Vargas: 1930-1945*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021. v. I. p. 129-157.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

FACCHINETTI, Luciana. O imigrante italiano do Segundo Pós-Guerra. *Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 185-204, 2003.

FACCHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004.

FRANZINA, Emilio. Prefazione. In: BENEDINI Giuseppe Federico; ARQUILLA, Matteo. *Nella tana del giaguaro: Storia della emigrazione italiana nelle colonie agricole della Bahia*. Viterbo: Sette Città, 2016. p. 7-13.

GOMES, Angela de Castro (org.). *História de família: entre Itália e Brasil*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1999.

MARTELLINI, Amoreno. L'emigrazione transoceanica fra gli anni quaranta e sessanta. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (org.). *Storia dell'emigrazione italiana: Partenze*. Roma: Donzelli, 2009. p. 369-384.

PITOCHI, Michele. *Menina, menina: Storie da un'oasi italiana in Brasile: Pedrinhas 1951-1991*. Isernia: Cosimo Iannone, 2007.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (org.). *Storia dell'emigrazione italiana: Partenze*. Roma: Donzelli, 2009. p. 143-160.

REZNIK, Luis *et al.* *Imigração italiana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

SALLES, Maria do Rosario Rolfsen; BASTOS, Sênia. Política imigratória e imigração italiana no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 121-145.

SALLES, Maria do Rosario Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz; BASTOS, Sênia. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen *et al.* (org.). *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas: Faculdade Anhembi Morumbi: Universidade Federal de São Paulo, 2013. p. 11-22.

SALLES, Maria do Rosario Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz; BASTOS, Sênia. Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Lindóia, SP. *Anais [...]*. Lindóia: ABEP, 19-23 nov. 2012.

SANFILIPPO, Matteo. *Gli italiani in Brasile - VII parte: La nuova migrazione degli anni cinquanta e sessanta*. Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana (A.S.E.I.). Viterbo, 9 dez. 2008. Disponível em: <https://www.asei.eu/it/2008/12/gli-italiani-in-brasile-viid-parte/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989a.

TRENTO, Angelo. *Imprensa italiana no Brasil: séculos XIX e XX*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

TRENTO, Angelo. L'emigrazione italiana in Brasile nel secondo dopoguerra (1946-1960). *Studi Emigrazione*, Roma, v. 5, p. 388-416, 1989b.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* *Cinquenta anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia*. Porto Alegre: IMPA, 2010.

---

## Antonio de Ruggiero

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e Docente do Curso de Graduação em História (disciplinas ministradas: História Contemporânea; Teoria e Historiografia; História do Brasil Monárquico). Com Pós-doutorado (programa PNPd/ Capes) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013-2016), é Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Università degli Studi di Firenze - Itália (2011). Formado em História pela mesma universidade. Os seus estudos têm ênfase em história política italiana (sec. XIX e XX) e história socioeconômica. Desenvolve e orienta pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; multiculturalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política, imprensa étnica. É coordenador do projeto internacional Capes/Print Migrações: Perspectivas Histórico-conceituais e Análise de Fenômenos Contemporâneos (Brasil, Itália, Alemanha, Holanda, França); colaborador no grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil-Grupo de estudo da imprensa e língua estrangeira no Brasil (CNPq) da Unesp. É membro da Associação Internacional AIEA (Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e América Latina - Università di Genova - Itália) e da ABHO (Associação Brasileira de História Oral); pesquisador na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calabria (Itália), Groeningen (Holanda) e PUCRS (Brasil); sócio-fundador da Associazione dei Ricercatori Italiani in Brasile (ARIB).

---

### Leonardo de Oliveira Conedera

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi bolsista PNPd/Capes no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: imigração italiana, imigração urbana, memória e identidade e História Oral. Nos últimos anos, suas pesquisas enfatizam questões relativas à migração qualificada, oralidade e migração no tempo presente. Conselheiro del Comitato degli Italiani all'Estero do Rio Grande do Sul (COMITES-RS) gestão 2022-2026.

---

### Endereço para correspondência

**ANTONIO DE RUGGIERO**

[antonio.deruggiero@gmail.com](mailto:antonio.deruggiero@gmail.com)

**LEONARDO DE OLIVEIRA CONEDERA**

[leocone5@hotmail.com](mailto:leocone5@hotmail.com)

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*